



INTERSECCIONALIDADES NA VOZ DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

INTERSECTIONALITIES IN THE VOICE OF PAULO FREIRE IN THE INCLUSIVE EDUCATION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos **1**

Resumo: O presente trabalho investiga a intersecção das interseccionalidades com a filosofia pedagógica de Paulo Freire dentro do âmbito da educação inclusiva. A noção de interseccionalidades, que reconhece as interações complexas entre diversos sistemas de opressão, fornece uma ferramenta analítica primordial para a apreensão das identidades multifacetadas e das vivências dos discentes. Aliada aos preceitos de Freire, que valorizam a conscientização crítica, a dialogicidade e a transformação social, tal perspectiva promete enriquecer a prática pedagógica voltada para a inclusão, fomentando a equidade e o empoderamento.

Palavras-chave: Interseccionalidades. Paulo Freire. Educação Inclusiva. Equidade. Diálogo. Empoderamento.

Abstract: This paper investigates the intersection of intersectionalities with Paulo Freire's pedagogical philosophy within the scope of inclusive education. The concept of intersectionalities, which acknowledges the complex interactions among various systems of oppression, provides a crucial analytical tool for understanding the multifaceted identities and experiences of students. Combined with Freire's principles, which value critical awareness, dialogicity, and social transformation, this perspective promises to enrich pedagogical practice aimed at inclusion, fostering equity and empowerment.

Keywords: Intersectionalities. Paulo Freire. Inclusive Education. Equity. Dialogue. Empowerment.

1 Mestre e Doutor em Educação. É psicanalista. Pedagogo, Bacharel em Administração. Atualmente é Membro da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade USP/IEA. Sócio(a) da SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Membro da Rede Nacional da Ciência para a Educação- CPe. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902> E-mail: douglas.pestana@unifesp.br



Introdução

Quando nascemos, deparamo-nos com um mundo preexistente, historicamente situado, com condições concretas de funcionamento, como por exemplo, desigualdades sociais e econômicas, que geram tensões e contradições (Santos, 2023).

A busca por uma educação inclusiva, que acolha todas as identidades e habilidades, tem ganhado destaque nas últimas décadas. A abordagem de Paulo Freire, reconhecido por sua pedagogia crítica e transformadora, propõe uma visão educativa que vai além do mero repasse de conhecimento. Neste ensaio, exploraremos como as interseccionalidades, que reconhecem as complexas interações entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão, podem ser integradas ao pensamento de Freire para enriquecer a prática da educação inclusiva. Freire (1996, p. 30) afirma que “ensinar implica em respeitar os saberes dos educandos e não simplesmente transferir os conteúdos sem discutir o porquê daqueles conteúdos”, portanto, o processo de ensino e aprendizagem se dá em movimento, é algo dinâmica, processual e coletivo.

A afirmativa de Paulo Freire, que ressalta a importância de respeitar os saberes dos educandos e não apenas transferir conteúdos de maneira mecânica, oferece uma perspectiva valiosa para repensar o ensino voltado para indivíduos com transtorno do espectro autista. No contexto da educação inclusiva, onde o desafio é oferecer uma abordagem que atenda às necessidades e características únicas de cada aluno, a citação de Freire ganha ainda mais relevância.

Ao aplicar essa abordagem à educação de indivíduos com transtorno do espectro autista, é essencial compreender que cada aluno traz consigo uma gama de conhecimentos, experiências e modos de compreensão do mundo. O ensino não pode ser uma simples transferência de informações predefinidas, mas sim um processo que reconhece e valoriza a singularidade do aluno com transtorno do espectro autista.

O processo de ensino e aprendizagem para indivíduos com transtorno do espectro autista é, como aponta Freire, dinâmico, processual e coletivo. Isso implica em estar aberto a adaptar métodos de ensino e estratégias de aprendizagem de acordo com as necessidades e interesses do aluno. No caso do autismo, isso pode envolver a exploração de diferentes formas de comunicação, a incorporação de estímulos sensoriais e a criação de ambientes de aprendizado que sejam acolhedores e estimulantes.

Além disso, a abordagem de ensinar respeitando os saberes dos educandos também reconhece que o aprendizado é uma via de mão dupla. Os educadores têm muito a aprender com os alunos autistas, seja em relação à sua maneira única de processar informações, suas perspectivas peculiares ou suas formas particulares de expressão. Isso não apenas enriquece a experiência de ensino, mas também reforça a ideia de que o conhecimento é construído em colaboração.

No entanto, é importante reconhecer que a aplicação dessa abordagem à educação de indivíduos com transtorno do espectro autista pode ser complexa e desafiadora. Cada aluno traz suas próprias necessidades e formas de interação com o mundo. Portanto, os educadores devem estar preparados para adotar uma abordagem flexível, criativa e sensível, que se adapte às demandas individuais.

Defendendo a tese de Paulo Freire sobre o ensino respeitoso dos saberes dos educandos percebemos uma base sólida para abordar o ensino de indivíduos com transtorno do espectro autista. A educação inclusiva, quando guiada por essa perspectiva, pode se tornar uma plataforma para o desenvolvimento de indivíduos com transtorno do espectro autista como cidadãos autônomos, capazes de contribuir com suas perspectivas únicas para a sociedade.

Interseccionalidades na Educação Inclusiva

As interseccionalidades reconhecem que as identidades individuais são moldadas por uma interação complexa de fatores sociais, culturais e políticos. Na educação inclusiva, essa abordagem

implica compreender que os alunos não são apenas “definidos” por uma única característica, mas por uma teia de identidades. Por exemplo, um estudante com deficiência também pode pertencer a uma minoria étnica ou de gênero, e esses aspectos de sua identidade interagem para moldar suas experiências educativas.

Apresento aqui, uma reflexão sobre a problematização dos educandos com autismo e deficiência no contexto educacional, levando em consideração a revisão de literatura em diálogo com as perspectivas de Paulo Freire e González Rey. A abordagem ressalta a importância da práxis pedagógica dialógica como ferramenta de transformação da realidade educativa, bem como a influência do processo de medicalização na forma como a escola lida com esses alunos.

Considero os ensinamentos de Paulo Freire e González Rey como referências na discussão é significativa. Paulo Freire, conhecido por sua pedagogia crítica, enfatiza o diálogo e a conscientização como elementos fundamentais para uma educação transformadora. A menção a González Rey, por sua vez, traz à tona a necessidade de considerar a subjetividade dos educandos e seus processos de aprendizagem.

A observação de que educandos com autismo e deficiência frequentemente são categorizados como indivíduos que requerem assistência para definir sua identidade e modo de ser no mundo aponta para uma problemática mais ampla de estigmatização e marginalização. A maneira como a sociedade percebe e lida com esses alunos pode afetar diretamente sua autoimagem e confiança.

O processo de medicalização, mencionado como uma influência iatrogênica, resulta em uma perspectiva que tende a focar nos aspectos físicos e psicológicos dos educandos como causas primárias da não-aprendizagem. Isso desconsidera as complexas interações entre fatores sociais, emocionais e cognitivos que influenciam o processo de aprendizagem dos alunos com autismo e deficiência.

A transformação das dificuldades de ensino em problemas médicos ilustra como a educação pode cair na armadilha da simplificação, perdendo de vista a riqueza e a individualidade das experiências dos alunos. O foco excessivo em aspectos médicos pode obscurecer a necessidade de abordagens educacionais flexíveis e adaptativas que atendam às necessidades específicas desses alunos.

No cerne dessa reflexão está a importância de uma práxis pedagógica dialógica e consciente, que envolve o compromisso do professor em considerar as vozes e necessidades dos educandos. A promoção do sujeito que aprende requer a criação de um ambiente em que esses alunos possam participar ativamente, tomar decisões e contribuir para a construção de seu próprio conhecimento.

O pensamento de Paulo Freire nos convida a repensar a educação inclusiva e a considerar a complexidade das experiências dos educandos com autismo e deficiência. Ela ressalta a necessidade de uma abordagem holística, que vá além das categorizações médicas e busque compreender os alunos como seres únicos, capazes de contribuir significativamente para a construção de um ambiente educacional enriquecedor e inclusivo.

Baseando-se nos conceitos de Educação Especial, Educação Inclusiva e Equidade, explicitados em diversos documentos jurídico-normativos, invoca-se o ideário de Paulo Freire como alicerce para realizar análises e reflexões críticas sobre tais conceitos. Sob a ótica de Freire, a Educação Especial é entendida como um meio de garantir direitos a indivíduos em situações de maior vulnerabilidade, configurando-se como uma manifestação contínua de empatia, cidadania e, sobretudo, desenvolvimento humano.

Freire argumenta que, ao desconsiderar os fracos, ludibriar os desavisados, vilipendiar a vida, explorar outrem e discriminar minorias, compromete-se a capacidade de formar indivíduos íntegros, justos e amorosos (Freire, 2000a, p. 367).

Portanto, adotar uma abordagem freireana à Educação Especial implica também no reconhecimento da incompletude inerente a todos os seres humanos, considerando as peculiaridades da Educação Especial não como limitações, mas como características próprias dos indivíduos que se beneficiam dessa modalidade educativa, evitando a percepção de um desenvolvimento desigual.

Na concepção de educação como prática da liberdade, ensinar e aprender não se traduzem em transferir conhecimento de um polo de saber a um polo de ignorância com o objetivo de “salvar” os que se encontram neste último. Pelo contrário, tal processo, segundo Freire, é incumbência

daqueles que reconhecem seu próprio conhecimento limitado, mas que estão abertos ao diálogo com aqueles que frequentemente se veem como desprovidos de saber. Esse intercâmbio visa transformar a percepção de ignorância absoluta em reconhecimento de um saber incipiente, permitindo a ambos os grupos ampliar seus conhecimentos (Freire, 2000b, p. 25).

A Visão de Paulo Freire e a Prática Dialógica

A abordagem pedagógica de Paulo Freire enfatiza o diálogo como um meio de conscientização e transformação. Ele acreditava que a educação deveria capacitar os alunos a se tornarem críticos e ativos na busca por justiça social. Essa visão encontra eco nas interseccionalidades, que destacam a importância de ouvir e valorizar as vozes marginalizadas. Integrar as duas abordagens implica em criar espaços de diálogo em que as identidades interseccionais dos alunos sejam reconhecidas e respeitadas.

A interseccionalidade em diálogo com Paulo Freire pode transformar a educação inclusiva em um espaço de empoderamento. Ao reconhecer a complexidade das identidades, os educadores podem criar ambientes que promovam a autoestima e o respeito mútuo. Além disso, a abordagem dialógica incentiva os alunos a questionarem as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades. Assim, a educação inclusiva não apenas busca a equidade, mas também alimenta a capacidade dos alunos de se tornarem agentes de transformação social.

Imbernón (2009), que destaca a importância de os futuros pedagogos(as) estarem preparados para compreender as transformações em diversos campos e serem receptivos a concepções pluralistas, ressalta a natureza dinâmica e em constante evolução da educação. Nesse contexto, a educação não é um cenário estático, mas um ambiente que reflete as mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Ao internalizar essa perspectiva, os futuros pedagogos(as) se tornam agentes de mudança, capazes de se adaptar e responder de maneira sensível às necessidades em constante mutação dos alunos e alunas.

A ênfase em ser receptivo e aberto a concepções pluralistas reflete a necessidade de os futuros pedagogos(as) reconhecerem a diversidade de experiências e perspectivas presentes na sala de aula. Cada aluno e aluna traz consigo uma bagagem única de vivências, culturas e modos de aprendizagem. A abertura para concepções pluralistas permite que os pedagogos(as) se afastem de abordagens rígidas e prescritivas, buscando em vez disso criar ambientes educacionais flexíveis e inclusivos. Dessa forma, os pedagogos(as) se tornam facilitadores da aprendizagem, adaptando suas práticas para atender às necessidades individuais dos estudantes, ao mesmo tempo em que promovem a equidade e a participação de todos.

Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar [...] constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (Freire, 2013, p. 74).

De acordo com Paulo Freire, a educação dialógica pode ser concebida como um encontro entre sujeitos cujo objetivo é a busca conjunta pelo conhecimento. Freire postula que a habilidade de engajar em diálogos no âmbito educacional é fundamental para elevar o processo de aprendizagem a um patamar de emancipação para os participantes.

Portanto, sob a perspectiva freireana, homens e mulheres são considerados sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento. Tal postura transcende a simples relação entre o aprendiz e o aprendizado para abranger as complexas interações que emergem entre os indivíduos e o saber. Nesse contexto, nos transformamos em co-participantes no ato de conhecer, empregando

a comunicação, ancorada em sistemas linguísticos, como pilar.

O conhecimento, nesse sentido, atua como o mediador das interações entre os indivíduos, tornando-se impraticável permanecer inalterado diante das transformações ocasionadas por essa teia de relações entre sujeitos e o objeto de conhecimento. Assim, o diálogo se estabelece como peça-chave: o conhecimento é intrinsecamente comunicativo e, por isso, fomenta a construção de novas relações, razão pela qual essa abordagem pedagógica foi denominada educação dialógica.

Contrapondo-se à educação dialógica, Freire critica a educação tradicional, categorizada por ele como “educação bancária”. Esse modelo caracteriza-se pela transmissão e reprodução de conhecimentos, onde as perspectivas apresentadas aos estudantes são descontextualizadas e distanciadas da realidade vivenciada por eles. Na educação bancária, o professor assume o papel central, agindo como o principal distribuidor do conhecimento, cabendo aos alunos apenas a recepção e a memorização do conteúdo apresentado.

Contudo, emerge a questão: como é possível aplicar e relacionar o conhecimento quando este se encontra tão desvinculado da realidade cotidiana dos aprendizes? Para explorar alternativas que promovam uma conexão mais significativa entre os objetos de estudo e os estudantes, é imperativo aprofundar-se na compreensão da educação dialógica.

Notas (In)conclusivas

A interseccionalidade em diálogo com Paulo Freire oferece uma abordagem rica e abrangente para a educação inclusiva. Ao reconhecer as interações complexas entre as identidades dos alunos e fomentar o diálogo crítico, essa abordagem pode promover a equidade, o empoderamento e a transformação social. A educação inclusiva, nesse contexto, deixa de ser apenas uma questão de acesso, tornando-se um espaço de formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Defendo a ideia proposta por Lima, Lorensi e Silva (2014) que ressaltam a complexidade das dificuldades enfrentadas pelas crianças autistas, que vão além das limitações comunicativas e se estendem à construção da própria identidade e interações sociais. Essas dificuldades não apenas impactam emocionalmente o próprio indivíduo com transtorno do espectro autista, mas também afetam profundamente aqueles que o cercam. Essa conscientização sobre a natureza emocionalmente carregada da experiência com transtorno do espectro autista enfatiza a importância de trabalhar com essas crianças de maneira sensível e única, permitindo-lhes compreender e serem compreendidas pelo mundo que as cerca. A abordagem centrada na individualidade dessas crianças não só honra sua dignidade, mas também reconhece que cada uma possui sua própria jornada de desenvolvimento e crescimento.

Jogo luz aqui, às peculiaridades que muitas vezes caracterizam o autismo, delineando aspectos que podem ser desafiadores tanto para os próprios pessoas com transtorno do espectro autista quanto para aqueles que interagem com eles. Essa descrição detalhada ajuda a elucidar as manifestações concretas que frequentemente caracterizam o comportamento e as interações das crianças com transtorno do espectro autista. Ao compreender essas peculiaridades, os educadores, profissionais de saúde e cuidadores podem abordar as necessidades específicas dessas crianças de maneira mais informada e eficaz.

A complexidade do autismo se estende para a própria pesquisa e teorização sobre suas causas. A dificuldade em apresentar uma resposta definitiva para as origens da síndrome é destacada, com várias teorias sendo propostas, investigadas ou descartadas. A persistência desse mistério enfatiza a complexidade da condição com transtorno do espectro autista e destaca a necessidade contínua de explorar e compreender profundamente essa realidade. A falta de clareza sobre as causas também reverbera nos desafios enfrentados pelos processos de inclusão escolar, uma vez que a falta de compreensão plena da síndrome pode dificultar a criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e adaptados às necessidades individuais dos alunos com transtorno do espectro autista.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 15a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 45a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. **A configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva**. In: MARTINEZ, A. M. M.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, B.; BLORENSI, V.; SILVA, A. **A Prática Docente e a pessoa com autismo**. In: Atendimento Educacional Especializado: Processos de Aprendizagem na Universidade. Org: Ana Cláudia Pavão Siluk. Ed. 01 – Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.

SCOZ, B. J. L.; CASTANHO, M. I. S. **Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco**. Brasília: Liber Livros, 2012. Cap. 1, p. 21-41.

SANTOS, D. M. A. DE A. P. **como observar a função teórica da escola com a demanda pragmática da sociedade na atualidade?** Revista GESTO-Debate, v. 7, n. 01-30, 12 dez. 2023. <https://doi.org/10.55028/gd.v7i01.18659>

Recebido em 05 de junho de 2023.

Aceito em 11 de agosto de 2023.